

e na melhoria do ambiente de negócios. Para fazer frente a tais responsabilidades é necessário aumentar e fortalecer as capacidades institucionais desses entes subnacionais.

Além disso, o Estado deve ser o mais receptivo possível às demandas da sociedade, atentando para a transparência no encaminhamento dos interesses dos diversos grupos. É importante que haja respeito mútuo entre Estado e mer-

cado, reconhecidos ambos como instrumentos legítimos de regulação social e econômica. Isso tudo sem esquecer o fortalecimento cada vez maior do terceiro setor, participe também legítimo do jogo.

Cada vez mais o papel do Estado, seguindo a tendência internacional, será o de garantir a qualidade da estrutura regulatória, constituindo um sistema de gerenciamento regulatório e assegurando a qualidade das regras, novas e antigas, de forma a proporcionar o melhor ambiente possível para que cidadãos e empresas observem seus direitos e obrigações.

O Estado brasileiro precisa garantir um ambiente regulatório e de gestão de política econômica que estimule ainda mais investimentos privados, suprimindo possíveis falhas de mercado e assegurando a provisão de bens públicos

O Estado brasileiro precisa garantir um ambiente regulatório e de gestão de política econômica que estimule ainda mais investimentos privados, suprimindo possíveis falhas de mercado e assegurando a provi-

são de bens públicos, direta ou indiretamente, em especial no que concerne à infraestrutura produtiva e social necessária para a integração nacional e regional, como tem sido feito com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tudo

isso sem deixar de lado suas responsabilidades na implementação de políticas de distribuição progressiva de renda que revertam o quadro de profundas desigualdades sociais, instituindo redes de proteção e fomentando a inclusão socioeconômica dos decis mais pobres da população, como acontece com o Programa Bolsa Família.

O Brasil entrou na era de redefinição do papel do Estado em situação singular. Mais de 40 anos depois do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal, e após uma sucessão de medidas de modernização e reforma administrativa iniciadas e não completamente concluídas, a administração pública brasileira enfrenta o paradoxo de conviver com práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais. A coexistência de setores de visão feudal, com práticas anacrônicas, ao lado de áreas modernas, com métodos gerenciais inovadores, exige o desenho de estratégias diferenciadas de ação, adequadas a cada contexto.

De forma geral, a máquina pública encontra-se desaparelhada e orientada por marcos legais e normativos obsoletos, muitos deles desalinhados em relação a dispositivos constitucionais, incluindo alguns ainda não regulamentados. Essa situação submete o Estado a um risco excessivamente alto de judicialização e, de forma contraditória, estimula uma lógica de escapismo da legislação vigente.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo núcleo essencial é a defesa dos direitos individuais e sociais, não foi acompanhada do



O CONTEXTO BRASILEIRO

Em pouco mais de uma década, o Brasil passou por transformações significativas. Temos hoje uma economia sólida e estável, com inflação baixa, comprometida com a responsabilidade fiscal sem a necessidade de acordos com o FMI, e crescendo com atenção às questões sociais. O país alcançou um patamar de desenvolvimento econômico que o projeta entre as maiores economias do mundo e amplia suas responsabilidades no cenário mundial e regional. Essa evolução, paradoxalmente, coloca em evidência o quanto ainda está por ser feito, principalmente porque as competências para estimular o crescimento sustentado não são as mesmas requeridas para estabilizar a economia. Essa evolução indica que é a hora de investir ainda mais na excelência em gestão.